

Ventos de São
Clemente I
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem



levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.252	7.889	Fornecedores	10	1.931	976
Contas a receber	7	7.771	3.740	Contas a pagar partes relacionadas	19	101	-
Despesas pagas antecipadamente	8	1.391	407	Empréstimos e financiamentos	11	11.945	7.052
Adiantamento fornecedores		4	1.793	Provisão de ressarcimento	12	1.067	1.067
Outras contas a receber		-	12	Dividendos a pagar	13	852	-
Impostos a recuperar		380	53	Outras contas a pagar		-	973
Total do ativo circulante		22.798	13.894	Obrigações tributárias		631	786
Não circulante				Total do passivo circulante		16.527	10.854
Fundos vinculados	6	4.542	3.513	Não circulante			
Despesas pagas antecipadamente	8	99	-	Empréstimos e financiamentos	11	88.192	95.778
Outras contas a receber		-	117	Provisão de ressarcimento	12	1.112	1.112
Imobilizado	9	133.742	139.725	Outras contas a pagar		-	117
Intangível		-	1.030	Total do passivo não circulante		89.304	97.007
Total do ativo não circulante		138.383	144.385	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		52.616	54.285
				Reserva de Lucros		2.734	-
				Prejuízos Acumulados		-	(3.867)
				Total do patrimônio líquido		55.350	50.418
Total do ativo		161.181	158.279	Total do passivo e patrimônio líquido		161.181	158.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	40.454	33.112
Custo operacionais	16	<u>(18.655)</u>	<u>(11.616)</u>
Lucro Bruto		<u>21.799</u>	<u>21.496</u>
Outras receitas		-	107
Despesas gerais e administrativas	17	(932)	(1.722)
Despesas tributárias		<u>-</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>20.867</u>	<u>19.879</u>
Receitas financeiras	18	1.054	527
Despesas financeiras	18	<u>(12.840)</u>	<u>(17.769)</u>
Resultado Financeiro		<u>(11.786)</u>	<u>(17.242)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>9.081</u>	<u>2.637</u>
Imposto de renda	14	(1.079)	(836)
Contribuição social	14	<u>(548)</u>	<u>(444)</u>
Resultado do exercício		<u><u>7.453</u></u>	<u><u>1.357</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	7.453	1.357
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>7.453</u>	<u>1.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	60.001	(25.259)	-	-	(5.224)	29.518
Integralização de capital	-	22.139	-	-	-	22.139
Redução de Capital Social	(2.596)	-	-	-	-	(2.596)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	1.357	1.357
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	57.405	(3.120)	-	-	(3.867)	50.418
Redução de Capital Social	(1.669)	-	-	-	-	(1.669)
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.453	7.453
Constituição de reserva legal	-	-	179	-	(179)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(852)	(852)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.555	(2.555)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.736	(3.120)	179	2.555	-	55.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	9.081	2.637
Juros sobre financiamentos	8.148	9.647
Custos de captação apropriado ao resultado	693	178
Provisão de ressarcimento	-	2.179
Depreciação e amortização	6.502	6.464
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos recuperáveis	(327)	22
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(1.083)	(407)
Aumento (redução) em fornecedores	955	(22.330)
(Aumento) redução em outras contas a receber	130	(108)
(Aumento) redução em contas a receber	(4.031)	(615)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	1.789	(1.730)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(1.090)	(1.888)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(283)	(599)
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	20.484	(6.550)
Pagamento de IR e CS	(1.501)	-
Pagamento de encargos financeiros	(8.169)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.814	(6.550)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição imobilizado e intangível	(519)	(1.136)
Baixa de intangível	1.030	3.159
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	511	2.023
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Aplicação em fundos vinculados	(1.029)	(3.513)
Pagamento de principal de empréstimos	(3.365)	(6.002)
Redução de capital	(1.669)	(2.596)
Recebimento de mútuos - partes relacioandas	101	-
Integralização de capital	-	22.139
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(5.962)	10.028
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.363	5.501
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.889	2.388
No fim do exercício	13.252	7.889
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.363	5.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Fortaleza na Avenida Barão de Studart, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, foi constituída em 20 de agosto de 2014 e de acordo com o despacho nº 1.370, de 24 de maio de 2016, dando início a operação comercial a partir do dia 25 de maio de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível no sistema .

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através de terceiros da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração elétrica, a partir da fonte eólica Ventos de São Clemente I, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões ou autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O parque eólico Clemente I possui capacidade instalada de 29,155 MW¹ e situa-se no sítio Piado, acesso via BR 424, KM 61,9 S/N - zona rural, no município de capoeiras - PE.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a

norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	7.887
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.740
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	3.513
Total de ativos financeiros			15.142
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	102.830
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	976
Total de passivos financeiros			103.806

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais
O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impactos materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	156.486	1.793	158.279
Adiantamento fornecedores (i)	-	1.793	1.793
Outros ativos não impactados	156.486	-	156.486
Total de passivos	107.861	-	107.861
Outros passivos não impactados	107.861	-	107.861
Total do patrimônio líquido	48.625	1.793	50.418
Prejuízos Acumulados (i)	(5.660)	1.793	(3.867)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo de operação (i)	(13.409)	1.793	(11.616)
Resultado antes das despesas (receitas financeiras líquidas)	844	1.793	2.637
Resultado do exercício	(436)	1.793	1.357
Resultado abrangente do exercício	(436)	1.793	1.357

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	844	1.793	2.637
Adiantamento fornecedores	63	(1.793)	(1.730)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(6.550)	-	(6.550)

(i) Adiantamento a fornecedores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

- (ii) **Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)**
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- (iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- (iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. **Receitas de venda de energia elétrica**

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Durante o ano de 2018 a Companhia aderiu ao sistema MCSD. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para IRPJ e 12% para CSLL para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas

alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

Considerando que as contraprestações dos arrendamentos são calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, e ainda que podem ocorrer oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação preliminar, a Companhia entende que não reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados.

6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos	2.292	2
Aplicações financeiras (a)	10.960	7.887
Total	13.252	7.889

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Santander e Citibank, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 98% CDI referente às aplicações do Santander e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva de dívida	3.033	274
Reserva especial - Debêntures	1.270	3.116
Reserva O&M	239	123
Total	4.542	3.513

Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

7 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
WX Energy Comercializadora de Energia Ltda	226	-
America Energia S/A	571	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	673	-
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda	724	-
Brookfield Energia Renovavel S.A	543	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda	93	-
Câmara de Comércio de Energia Elétrica	4.973	2.857
Demais Clientes	-	883
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	(32)	-
Total	7.771	3.740

Todos os títulos em aberto na data de 31/12/2018 estão classificados como a vencer, com

exceção do saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que possui regras específicas de comercialização.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
Seguros a apropriar	228	-
Comissão de estruturação e fianças bancárias	1.262	407
Total	1.490	407
Circulante	1.391	407
Não circulante	99	-

9 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e Equipamentos	148.203	(17.036)	131.167	139.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.805	(235)	2.570	516
Móveis e Utensílios	-	-	-	77
Equipamentos e Processamentos	7	(2)	5	-
Total	151.015	(17.273)	133.742	139.275

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Transferências	Depreciação Amortização	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado					
Móveis e utensílios	77	10	(86)	(1)	-
Maquinas e Equipamentos	139.132	503	(2.047)	(6.421)	131.167
Edificações, obras civis e benfeitorias	516	-	2.134	(80)	2.570
Equipamentos e Processamentos	-	6	(1)	-	5
Total	139.725	519	-	(6.502)	133.742

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciação Amortização	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado						
Máquinas e equipamentos	148.599	-	146	(3.159)	(6.454)	139.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	424	106	-	-	(14)	516
Móveis e Utensílios	82	-	-	-	(5)	77
Imobilizado em Andamento	146	-	(146)	-	-	-
Total	149.251	106	-	(3.159)	(6.473)	139.725

10 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Arrendamento a pagar	32	-
Tokio Marine Seguradora S.A.	195	-
Provisões de fornecedores	1.704	976
Total	1.931	976

A Companhia é obrigada a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

11 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos	2,55% a.a. + TJLP	100.137	102.830
Circulante		11.945	7.052
Não Circulante		88.192	95.778

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	99.908
Juros Pagos	(4.359)
Amortização do Principal	(2.544)
Juros Incorporados a Dívida	9.647
Incorporação de Custo de captação	178
Saldo em 31 de dezembro de 2017	102.830
Juros Pagos	(8.169)
Amortização do Principal	(3.365)
Juros Incorporados a Dívida	8.148
Custo de Captação Incorrido	693
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.137

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão financeira do projeto, conforme definido no contrato, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e sobre a Companhia, quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas, e qualquer rendimento dessas ações. As SPEs cederam ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas

às autorizações de geração de energia e determinados contratos do projetos. Assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPÉs.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Ventos de São Clemente Holding S.A., apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos durante o exercício societário de 2018.

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

12 Provisão para ressarcimento

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ressarcimento	<u>2.179</u>	<u>2.179</u>
Circulante	1.067	1.067
Não Circulante	1.112	1.112

A geração de energia dos parques eólicos em exercícios anteriores foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido a ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto ao CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 2018, não houve tal provisão. Em 2017 o montante de ressarcimento registrado foi de R\$ 2.179, sendo R\$ 1.067 como passivo circulante e R\$ 1.112 como não circulante.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito é de R\$ 55.736 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 57.405 em 31 de dezembro de 2017) e está rerepresentado por 55.736 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2018, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas em 31 de maio e 31 de agosto de 2018, o capital foi reduzido no montante de R\$ 1.669, dessa forma em 31 de dezembro de 2018 o capital social integralizado é de R\$ 52.616 (R\$ 54.285 em 31 de dezembro de 2017).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos

termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76 até, o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2018 após as destinações, o qual está disponível para deliberações da Assembleia Geral.

14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.627 (R\$ 1.280 em 31 de dezembro de 2017).

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	41.986	41.986	34.441	34.441
Aliquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.359	5.038	2.755	4.133
Demais receitas	1.054	1.054	685	795
Aliquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Corrente	<u>1.079</u>	<u>548</u>	<u>836</u>	<u>444</u>

15 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta de energia elétrica	41.986	34.441
(-) Deduções da receita bruta		
Pis	(272)	(329)
Cofins	<u>(1.260)</u>	<u>(1.000)</u>
Total	<u>40.454</u>	<u>33.112</u>

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria e a revenda de energia adquirida para comercialização.

16 Custos de operação

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(6.502)	(6.769)
Compra de energia (a)	(6.764)	(2.132)
Encargos de transmissão	(1.186)	(1.251)
Serviços de terceiros	(2.477)	(228)
Arrendamentos e aluguéis	(409)	(449)
Seguros	(241)	(111)
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(3)	(166)
Custo com pessoal	(2)	(79)
Taxa de fiscalização ANEEL	(79)	(105)
Compartilhamento de custos	(487)	-
Gastos diversos	(8)	-
Impostos e Taxas	(430)	-
Despesas com material elétrico	(1)	(326)
Despesas com manutenção	(66)	-
Total	(18.655)	(11.616)

(a) A rubrica de compra de energia representa o total de compras realizadas no período para atendimento ao MCSD e revenda.

17 Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados por pessoa jurídica	(107)	-
Auditoria Externa	-	(1)
Despesas Associativa	(14)	-
Taxas e emolumentos	-	(13)
Legais, judiciais e publicações	(55)	(39)
Locação de máquinas e equipamentos	-	(2)
Compartilhamento de despesas	(722)	(120)
Juros e multas	(2)	-
Gastos diversos	-	(1.500)
Material	-	(1)
Viagens, diárias e ajudas de custo	-	(1)
Despesas com cartório	-	(45)
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	(32)	-
Total	(932)	(1.722)

18 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas	-	7
Rendimentos de aplicação financeira	<u>1.054</u>	<u>520</u>
Receitas financeiras	<u>1.054</u>	<u>527</u>
Juros BNDES	(8.148)	(9.603)
Tarifas Bancárias	(483)	(10)
Juros Diversos	(183)	(678)
IOF	(1)	-
Juros (Fornecedores)	(7)	(3.538)
Multas	-	(1)
Despesas com captação de empréstimos	(693)	-
Juros com comissões	(3.325)	(3.734)
Outras Despesas Financeiras	<u>-</u>	<u>(205)</u>
Despesas financeiras	<u>(12.840)</u>	<u>(17.769)</u>

19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Partes Relacionadas		
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (a)	<u>101</u>	<u>-</u>
Total	<u>101</u>	<u>-</u>
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(487)	-
Compartilhamento de despesas (a)	<u>(722)</u>	<u>(120)</u>
Total	<u>(1.209)</u>	<u>(120)</u>

(a) A Companhia possui despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	13.252	13.252	7.889	7.889
Contas a Receber	7.771	7.771	3.740	3.740
Fundos vinculados	4.542	4.542	3.513	3.513
Fornecedores	1.931	1.931	976	976
Financiamentos	100.137	100.137	102.830	102.830
Total	127.633	127.633	118.948	118.948

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2018					
Fornecedores	1.931	1.931	-	-	-
Financiamentos	100.137	11.945	11.945	35.835	40.412
Total	102.068	13.876	11.945	35.835	40.412
31/12/2017					
Fornecedores	976	976	-	-	-
Financiamentos	102.830	7.052	14.104	28.208	53.466
Total	103.806	8.028	14.104	28.208	53.466

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017 - Reapresentado*	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	2.292	10.960	2	7.887
Fundos vinculados	-	4.542	-	3.513
Contas a receber	7.771	-	3.740	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.931	-	976	-
Financiamentos	100.137	-	102.830	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao perque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no

mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	<u>Variação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Sensibilidade</u>		
			<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Variação das taxas de juros e índices	31/12/2018	31/12/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP *	6,5%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI **	6,5%	7,1%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.
			<u>Sensibilidade</u>		
	<u>Índice</u>	<u>Saldos em 31/12/2018</u>	<u>Provável</u>	<u>Δ + 25%</u>	<u>Δ + 50%</u>
Risco de aumento (passivo)					
Empréstimos e financiamentos	TJLP	<u>100.137</u>	<u>6.970</u>	<u>8.712</u>	<u>10.454</u>
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>15.502</u>	<u>1.101</u>	<u>1.376</u>	<u>1.720</u>

21 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.